Rosas que ecoam no tempo: Luciana de Oliveira Dias e a construção coletiva de saberes

Roses echoing through time: Luciana de Oliveira Dias and the collective construction of knowledge

Érika Costa Silva
Universidade de Brasília, Brasil
Brasília, DF
erika.sociologa@gmail.com
https://orcid.org/0000-0003-0395-2819

Sara França Eugênia
Universidade Federal de Goiás, Brasil
Goiânia, GO
saraeugenia87@gmail.com
https://orcid.org/0000-0001-9174-5638

Recebido em: 23 de março de 2026
Aceito em: 5 de setembro de 2026

Resumo:

Propomos, neste artigo, uma reflexão sobre a presença negra feminina na universidade pública brasileira, a partir da trajetória de uma intelectual que articula afetividade, política e produção epistêmica em chave decolonial. Sua atuação, marcada pela criação de espaços de aquilombamento acadêmico, como um coletivo voltado para estudos sobre raça, gênero e interseccionalidades, contribui para o enraizamento de epistemologias insurgentes. Adotamos uma abordagem sócio-histórica e qualitativa para analisar o impacto de sua práxis acadêmica e institucional, evidenciando como mulheres negras têm transformado os espaços de saber por meio de resistência, escuta e ancestralidade. A trajetória biográfica e intelectual aqui analisada revela os tensionamentos vividos por corpos negros em estruturas marcadas pela branquitude e afirma a potência das mulheres-raízes como cultivadoras de futuros e saberes coletivos.

Palavras-chave: Mulheres negras. Epistemologias insurgentes. Aquilombamento acadêmico. Universidade pública. Interseccionalidade.

Abstract:

In this article, we propose a reflection on the presence of Black women in the Brazilian public university, based on the trajectory of an intellectual who articulates affectivity, politics, and epistemic production through a decolonial lens. Her work, marked by the creation of spaces of academic aquilombamento, such as a collective devoted to studies on race, gender, and intersectionalities, contributes to the rooting of insurgent epistemologies. We adopt a socio-historical and qualitative approach to analyze the impact of her academic and institutional praxis, highlighting how Black women have transformed spaces of knowledge through resistance, listening, and ancestry. The biographical and intellectual trajectory analyzed here reveals the tensions experienced by Black bodies within structures marked by whiteness and affirms the power of root-women as cultivators of futures and collective knowledge.

Keywords: Black women. Insurgent epistemologies. Academic aquilombamento. Public university. Intersectionality.

Introdução

A história das mulheres negras no Brasil permaneceu por muito tempo invisibilizada. A contribuição desse contingente de mulheres foi negada. A presença das mulheres negras nas universidades brasileiras vem aos poucos preenchendo uma lacuna em várias disciplinas acadêmicas e promovendo uma pluralidade de pesquisas sobre a história das mulheres negras e outras temáticas que decorrem das dinâmicas socioculturais contemporâneas. No campo das Ciências Sociais, a experiência das mulheres negras não foi devidamente considerada, tendo sido também equivocadamente abordada. Aspectos dessas vivências femininas negras ou foram ocultados ou não necessariamente considerados por uma produção de conhecimento eurocentrada. A produção de Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento exemplifica como a presença de intelectuais negras inaugurou um lugar de enunciação e inovou as interpretações do Brasil. Este artigo emerge da necessidade de homenagear a antropóloga Luciana de Oliveira Dias, que integra uma linhagem de intelectuais negras que vêm promovendo mudanças nos modos de produzir conhecimento e de interpretar uma realidade marcada por desigualdades e violações de direitos. Essas questões estão presentes na práxis política que orienta todo o percurso da intelectual.

Nosso objetivo é refletir sobre a trajetória de Luciana de Oliveira Dias, a primeira mulher negra a presidir a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), atualmente secretária de Inclusão da Universidade Federal de Goiás (UFG) e conselheira da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Também examinamos sua produção intelectual, considerando que esses espaços institucionais incidem diretamente nos modos de produzir conhecimento nas universidades. Os conceitos formulados pela antropóloga goiana apresentam aspectos relevantes da epistemologia feminista negra e revelam o potencial crítico e desestabilizador de lógicas excludentes no processo de formulação do conhecimento. As epistemologias alternativas e insurgentes presentes nas universidades brasileiras são frutos de resistências epistêmicas de intelectuais negras e estão inscritas no contexto das ações afirmativas. A atuação de Luciana articula produção teórica e práxis política, dimensões indissociáveis da ética feminista negra. Essa articulação promove mudanças institucionais e nos modos de produzir conhecimento, além de repercutir na formação

das pesquisadoras negras que integram o Coletivo Rosa Parks. Assim, torna a universidade um espaço possível de existência, permanência e "florescimento de rosas".

Metodologicamente, este artigo se ancora em uma abordagem qualitativa orientada por narrativas autobiográficas e pela metodologia feminista negra, recusando a pretensão de neutralidade de uma objetividade acadêmica desincorporada. Para produzir o material empírico, realizamos entrevistas semiestruturadas, individuais e abertas, por meio do aplicativo WhatsApp, com três pesquisadoras que integram ou integraram o Coletivo Rosa Parks – Estudos e Pesquisas sobre Raça, Etnia, Gênero, Sexualidade e Interseccionalidades. As interlocutoras responderam às perguntas por meio de áudios, posteriormente transcritos e analisados. A escolha das participantes seguiu critério intencional e buscou contemplar diferentes temporalidades da trajetória do coletivo, que completou dez anos em 2026, reunindo pesquisadoras vinculadas a distintos momentos de sua existência. As entrevistas foram produzidas especificamente para este artigo, aprovado por Comitê de Ética em Pesquisa, e analisadas segundo os eixos de memória, aquilombamento, produção intelectual e insurgência epistêmica.

A presença da primeira pessoa e das experiências das autoras, portanto, não constitui desvio metodológico, mas parte do próprio argumento do artigo. Ao deslocar mulheres negras do lugar recorrente de objeto de pesquisa para afirmá-las como sujeitas de conhecimento, interlocutoras e produtoras de teoria, o texto assume que a experiência situada, a memória e a implicação no campo são dimensões constitutivas da produção intelectual negra. Nesse sentido, as narrativas mobilizadas não aparecem apenas como ilustração empírica, mas como elaboração crítica sobre pertencimento, formação, circulação de saberes e construção coletiva de uma prática acadêmica insurgente.

A pesquisa adota abordagem sócio-histórica e qualitativa, analisando a atuação institucional, a produção acadêmica e o legado político-afetivo de Luciana de Oliveira Dias. Sua trajetória também expressa os tensionamentos da presença negra em espaços brancos. Como afirma: "Estou dentro, estou entre, mas não estou com... Enfim, em meu campo eu ainda sou uma 'quase da família'" (Dias, 2019: 11). Realizamos entrevistas com três pesquisadoras integrantes do Coletivo Rosa Parks e a partir dos relatos estabelecemos um elo entre a atuação de Luciana Dias e suas teorizações. Na primeira parte do artigo, apresentamos a trajetória de formação e atuação profissional de Luciana

na Universidade Federal de Goiás. Na segunda seção abordamos a produção teórica da antropóloga amefricana, ou como ela mesma se autodefine, da antropóloga afrodiaspórica, e posteriormente, a repercussão de seus escritos teóricos e prática política no âmbito do Coletivo Rosa Parks através das experiências das interlocutoras da pesquisa. Nas considerações finais, enfatizamos as esperanças pelos futuros possíveis que a presença de Luciana na UFG e na ABA representam para as pesquisadoras em formação.

Entre campos e corpos racializados: uma crítica viva ao ontoepistemicídio

Nascida em 1º de agosto, em Goiânia, filha de Dona Fia, uma costureira goiana, e de Seu Raimundo Preto, um pedreiro baiano, Luciana de Oliveira Dias cresceu entre linhas, agulhas e concretos. E foi nesse chão firme e tecido de afeto que ela fincou suas primeiras raízes. Vinda de uma família numerosa, herdou a busca incansável pela fraternidade, pelo bem comum, e pela dignidade compartilhada. Mais tarde, seria esse mesmo princípio que alicerçaria sua prática intelectual: a recusa da solidão meritocrática e a eleição radical do coletivo como morada política. Luciana é antropóloga, professora universitária, ativista dos movimentos sociais negro e de mulheres, defensora dos direitos humanos, pesquisadora das relações étnico-raciais e dos feminismos negros. A vida e a escrita de Luciana insurgem contra a história única — não apenas produzem saber, mas desestabilizam as formas coloniais de definir quem pode ser considerado sujeito do conhecimento. Como alerta Chimamanda Ngozi Adichie (2019: 15), o problema com os estereótipos não é que eles sejam falsos, mas que são incompletos.

É justamente nesse ponto que a trajetória de Luciana se torna uma contranarrativa: ela tensiona o cânone e planta, nas fissuras da história oficial, epistemologias negras que recusam o silenciamento e a simplificação da experiência negra. Por isso, suas palavras reverberam, como tambor ancestral, as insurgências de mulheres negras que a antecederam e a cercam, aquelas que são, com ela, mulheres-raízes (Dias; Souza; Henning, 2020: 90-91). Aqui analisaremos especialmente dois trabalhos que consideramos fundamentais para compreender a trajetória intelectual e política de Luciana de Oliveira Dias. São textos que carregam a marca de uma escrita

corajosa e insubmissa, que se recusa a habitar os espaços da branquitude como mera figura decorativa ou "quase da família". Neles, Luciana reafirma a urgência de construir uma pedagogia transgressora, ancorada nas raízes afro-brasileiras e nas narrativas míticas que sustentam a resistência do povo negro.

Essa pedagogia, no entanto, não permanece no plano teórico. Ela se realiza no cotidiano, na escuta, na sala de aula, nos encontros do coletivo, nas palavras que autorizam nossas experiências como fontes legítimas de saber. Como compartilha Raphaella Gomes, integrante do Coletivo Rosa Parks, o contato com essas discussões foi transformador:

> Ter acesso a essas discussões me possibilitou entender sobre os atravessamentos que pessoas situadas nessas interseccionalidades passam e as posições que são forçadas a ocupar. [...] Pensando também no texto de autoria da Luciana 'Reflexos no Abebé de Oxum', onde ela reflete sobre os processos educativos e clama por uma pedagogia transgressora (Gomes, 2025).

Formada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (UFG), onde cursou bacharelado e licenciatura, foi ainda na graduação que sua atuação política e acadêmica floresceu. Engajada no movimento estudantil e no movimento negro, Luciana foi uma das principais articuladoras do Projeto Passagem do Meio (2002-2004), primeira experiência de ações afirmativas para pessoas negras na UFG, experiência que prenunciava seu futuro papel na defesa de políticas de inclusão. Desde então, como afirma em seus escritos, não há separação entre corpo, corporeidade e subjetividades históricas, já que todos são atravessados por eixos de discriminação que se interseccionam (Dias, 2019: 11). Sua presença desafia não apenas o epistemicídio, mas o que nomeia como ontoepistemicídio (Dias, 2020: 8). A negação simultânea dos modos de existir e dos modos de conhecer das populações negras, frequentemente promovida pelas instituições acadêmicas no Brasil e no mundo.

Escolheu a Universidade de Brasília (UnB) para a pós-graduação. No CEPPAC (hoje Departamento de Estudos Latino-Americanos – ELA), defendeu, em 2004, a dissertação. Fez estágio doutoral na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) em 2007 e desenvolveu estudos pós-doutorais sob a supervisão de Rita Laura Segato, consolidando um diálogo latino-americano e decolonial que é matriz de seu

pensamento (Dias, 2019: 10; Dias; Castro, 2020: 537). Ao longo dessa trajetória, Luciana se posiciona no campo acadêmico como uma "estrangeira de dentro", à luz da leitura de Patricia Hill Collins (2016), ou, como prefere afirmar, uma "quase da família" (Dias, 2019: 11). Esse posicionamento como *outsider within* não é mero deslocamento espacial, mas efeito concreto de um projeto histórico de exclusão ontológica e epistêmica. Luciana nomeia esse lugar como o de "quase da família", denunciando a violência simbólica de uma aceitação condicional, sempre à beira da expulsão. Como nos lembra Sueli Carneiro, "o lugar da mulher negra é, portanto, o do outro absoluto, nem mesmo considerado na matriz de constituição do sujeito moderno, de onde deriva a negação da sua agência epistêmica e política" (Carneiro, 2005: 265). É nesse não-lugar que Luciana forja presença e pensamento, abrindo brechas na branquitude institucional para que outras possam também existir e narrar. Esta condição, longe de ser fragilidade, é potência crítica. Permite-lhe ver o que os outros naturalizam; escavar silêncios; insurgir epistemologias.

> O estatuto de "quase da família" tem provocado posturas compreensivas, analíticas e explicativas de padrões, ordenamentos societários, representações, significações e interações que não abrem mão de uma expectação que "intersecciona" múltiplas possibilidades constituidoras do ser, tais como a raça, o gênero, a sexualidade, a classe, a idade etc (Dias, 2019: 11).

Em 2010, Luciana ingressou na carreira docente na UFG, onde atua em cursos de graduação e nos programas de pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) e em Direitos Humanos (PPGIDH). Ao produzir saberes ancorados nas experiências negras e na crítica às estruturas institucionais do saber, Luciana confronta o ontoepistemicídio institucionalizado, que se manifesta nas práticas curriculares e científicas que historicamente negam às mulheres negras o estatuto de sujeitos epistêmicos. "Ao revelar os plurisaberes ocultados pela história única das religiões cristãs, [...], abrem-se horizontes epistêmicos e promove-se um enfrentamento a perversos processos de epistemicídios e ontoepistemicídios" (Dias, 2020: 8). Contudo, com Luciana, esse confronto se dá não apenas no campo teórico, mas também nas práticas, nos gestos e nos afetos que ela semeia. Hillana Souza Amaral recorda que: "Sua leitura de poesias em contextos acadêmicos [...] foi uma prática que me permitiu testemunhar, na prática, a valorização do sensível e da emoção como parte legítima da produção de

conhecimento.” (Amaral, 2025) Essa recusa da cisão entre razão e emoção, teoria e afeto, é marca da atuação de Luciana e sustenta sua proposta de uma educação decolonial, crítica e reumanizadora.

Além de professora e pesquisadora, Luciana também atua na gestão universitária: coordenou o PPGIDH e o PPGAS, atua como secretária de Inclusão da UFG e é coordenadora do Coletivo Rosa Parks. Nessa trajetória, integra saber e ação política de forma indissociável, como defendem pensadoras negras como Sueli Carneiro, ao discutir o epistemicídio da mulher negra no processo de constituição do sujeito moderno. "[…]A negação da identidade do outro, dos seus valores de cultura e de sua humanidade [...] é uma estratégia de controle e anulação do sujeito político" (Carneiro, 2005: 278). E Angela Davis, ao demonstrar como raça, gênero e classe se entrelaçam na luta por justiça e liberdade. “As mulheres negras não podiam se dar ao luxo de separar suas lutas: sua luta pela sobrevivência era também uma luta contra o racismo e contra a exploração econômica” (Davis, 2013: 86)

Luciana foi também a primeira coordenadora do Comitê de Antropólogas/os Negras/os da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), no biênio 2019-2020. Na ABA, foi ainda diretora da Região Centro-Oeste, e segue colaborando para pluralizar a Antropologia brasileira, desafiando os cânones e recolocando o protagonismo de intelectuais negras no campo. E em 2024, assumiu a presidência da Associação, tornando-se a primeira mulher negra a ocupar este cargo desde a fundação da entidade em 1955. Em entrevista à imprensa, reiterou o compromisso inegociável da Antropologia com os Direitos Humanos e com as lutas antirracistas, afirmando que “A ABA está comprometida com os direitos humanos, com as lutas decoloniais, antirracistas, antiLGBTfóbicas, antifascistas, antipunitivistas, pela saúde coletiva e pelos direitos dos povos indígenas e quilombolas” (Dias apud Sapicuá, 2024). Sua eleição representa não apenas uma conquista individual, mas o amadurecimento de um movimento coletivo que tensiona as estruturas da ciência brasileira e propõe novos referenciais epistêmicos. “Pela primeira vez em sete décadas de existência, a ABA empossou uma presidente negra: a professora doutora Luciana Dias. Sua eleição não foi apenas uma transferência de liderança, mas um marco na construção de uma antropologia mais diversa.” (Damásio, 2025) Não se trata apenas de ocupar um cargo de

poder, mas de carregar consigo uma constelação de vozes que, por muito tempo, foram silenciadas ou desacreditadas.

> O ambiente estava impregnado de uma mistura de felicidade, orgulho e um sentimento que se condensava na frase repetida por muitas, com um misto de alívio: 'Até que enfim!' Essas três palavras carregavam um peso imenso — eram um reconhecimento das lutas passadas, uma celebração do presente e uma sinalização para o futuro (Damásio, 2025).

A presença de Luciana em espaços de liderança acadêmica é, por si só, resposta viva a um histórico de exclusão.

> A Luciana abre espaço para representatividade em um campo onde nunca fomos representadas, principalmente agora como presidenta da ABA. Ela nos permite responder aquelas perguntas como "quantas professoras negras você teve durante sua formação?". Mesmo sendo uma só, ela carrega consigo o Coletivo Rosa Parks que já teve mais de 100 integrantes e inicia a partir dela (Gomes, 2025).

Como pesquisadora, sua principal aposta é a construção de uma epistemologia enraizada nos saberes e fazeres de mulheres negras. É nesse horizonte que propõe o conceito de mulheres-raízes, contrapondo-se à narrativa fundacional das "figuras patriarcais" das ciências sociais. Um deslocamento epistemológico e simbólico que valoriza as matrizes femininas, afrocentradas e coletivas do conhecimento. Essa proposta não se materializa apenas nos textos que escreve, mas sobretudo nos espaços que constrói. No Coletivo Rosa Parks, Luciana tem fomentado o florescimento de saberes pluriepistêmicos, onde estudantes, pesquisadoras e pesquisadores negros encontram chão para germinar ideias, corpo para resistir e afeto para permanecer. Trata-se de um espaço que desafia a hegemonia do saber universitário, ainda majoritariamente branco, e oferece respaldo afetivo e densidade crítica como forma de insurgência.

Esse fazer coletivo, cultivado nas encruzilhadas da universidade e da luta social, encontra ressonância também nos espaços institucionais mais amplos que Luciana passou a ocupar. Sua atuação política e pedagógica não se separa de sua gestão universitária e científica: ela carrega consigo a ética do aquilombamento, do compromisso com a transformação das estruturas. Seu pensamento, como ela mesma

escreve, é uma recusa à universalidade eurocentrada, e uma celebração dos saberes pluriepistêmicos e insurgentes (Dias; Souza; Henning, 2020: 89-90).

Ao fincar o pensamento negro feminino no centro da crítica acadêmica, Luciana de Oliveira Dias promove deslocamentos e aberturas que desestabilizam hierarquias epistemológicas historicamente alicerçadas na branquitude e no patriarcado. Sua vida e obra são testemunhos de uma política do saber que floresce nas encruzilhadas. Como nos lembra bell hooks (2013: 273): "a sala de aula, com todas as suas limitações, continua sendo um espaço de possibilidades". Mas essa possibilidade, para mulheres negras, é quase sempre atravessada por silêncio, solidão e ausência. Não basta o espaço estar aberto: é preciso que alguém o sustente, que o torne habitável. Luciana tem sido essa presença que sustenta, que firma o chão, que acolhe e convoca. O impacto dessa presença é profundo, não apenas nas ideias, mas nos corpos que nela se espelham e se autorizam. Como relata Lizia Booth-Carvalho, sua experiência foi atravessada por esse reconhecimento:

> Ouvindo os próprios relatos da professora Luciana, de como é solitário ser uma mulher negra na universidade, na academia e todas as questões que nós temos que enfrentar, vê-la no lugar onde ela está […] me fez sentir e ficar mais forte para explorar outros ambientes e crescer enquanto pesquisadora (Booth-Carvalho, 2025).

Mulheres negras como Luciana de Oliveira Dias não ocupam espaços por si só, mas os transformam em territórios férteis, onde outras possam florescer. Ocupar a universidade com dignidade e potência exige mais do que mérito: exige coragem coletiva, compromisso ético e memória viva.

Produção e insurgência: a construção de uma epistemologia amefricana

Lélia Gonzalez (1935-1994), antropóloga brasileira e feminista negra, criou o conceito de amefricanidade, proposta teórico-metodológica que nos permite olhar para a experiência da diáspora negra no continente amefricano considerando as semelhanças das elaborações culturais e de resistência negra constituídas nessa região. A inovação de Lélia é um traço comum na trajetória das intelectuais negras no tempo presente, aspecto que apontaremos por meio da produção acadêmica de Luciana Dias. Seguindo os passos

de Lélia e outras mulheres-raízes, nesta seção apresentaremos a insurgência epistêmica presente na produção de Luciana, as repercussões da atuação desta antropóloga na formação de pesquisadoras negras - frutos das políticas de ação afirmativa implementadas no Brasil, e a construção de uma epistemologia amefricana.

A intelectual amefricana Luciana Dias tem uma atuação intensa e frutífera. Sua trajetória profissional engloba os quatro pilares da docência no ensino superior: ensino, pesquisa, extensão e gestão. É pesquisadora de produtividade nível 2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e possui vasta produção nas áreas de Antropologia das populações afro-brasileiras, Direitos Humanos, Antropologia na América Latina e Educação Intercultural. A partir dessas áreas de conhecimento, percebemos o caráter interdisciplinar presente na produção de Luciana, assim como na sua atuação. Sua formação disciplinar em Antropologia não limita a sua circulação em diferentes instituições e associações científicas. Esse olhar antropológico, interdisciplinar e sensível se relaciona com o engajamento em prol dos direitos humanos para uma pluralidade de sujeitos historicamente marginalizados e excluídos, como as populações negras e indígenas, imigrantes, pessoas LGBTQIAPN+, entre outros grupos minorizados.

Tais temas perpassam toda a trajetória de pesquisa e publicação desempenhada por ela desde a sua formação até o momento de ascensão ao cargo de docente na UFG. A abrangência de temáticas trabalhadas pela intelectual goiana inclui também reflexões teóricas sobre a epistemologia feminista negra e a produção de conhecimento realizada por mulheres negras no âmbito acadêmico. O artigo publicado em coautoria com a pesquisadora Ana Luísa Machado Castro, intitulado “Mulheres negras nas universidades e saberes decoloniais: por uma teorização de um pensamento feminista negro”, trata de uma considerável reflexão acerca da produção de saberes por mulheres negras na contemporaneidade. Dias e Castro (2020) analisam a produção de conhecimento realizada por mulheres negras nas universidades brasileiras a partir do aporte teórico-metodológico do feminismo negro e destacam a contribuição crítica dessa produção para a promoção dos direitos humanos. O argumento das autoras é autorreflexivo, pois ao mesmo tempo em que apresenta a potencialidade do pensamento feminista, elas também estão inseridas nessa produção que se constitui a partir do olhar de intelectuais negras através das lentes teóricas feministas negras o que revela a

potencialidade e sofisticação da teorização feminista negra em que Luciana está inserida.

A autorreflexividade é dialética, pois inclui pensar sobre a produção de mulheres negras, por mulheres negras e para mulheres negras e a pluridiversidade de sujeitos do conhecimento. Dias e Castro (2020) argumentam que o ingresso das mulheres negras nas últimas décadas impulsionada pelas políticas de ação afirmativa de acesso ao ensino superior alterou o corpo discente. Nesse novo contexto de promoção da igualdade racial uma multiplicidade de estudantes negros e negras, novas agentes do conhecimento, marcam presença cotidiana no espaço da universidade e trazem consigo uma pluralidade de saberes que são incorporados no processo de produção científica. Segundo as pesquisadoras: "[...] com a introdução de corpos marcados racialmente faz-se presente também dimensões alicerçadas em outras cosmologias, outras culturas, outras linguagens, outros valores e outras formas de saber e fazer" (Dias; Castro, 2020: 537).

A autorreflexividade é um dos fundamentos da ética feminista negra, pois o fazer teórico e a práxis política são dois aspectos indissociáveis. Nessa direção, a abordagem feminista negra na produção teórica de Luciana Dias está intimamente ligada com sua atuação como docente. As referências ao feminismo negro e ao pensamento das intelectuais negras brasileiras são incorporadas à formação das pesquisadoras negras e demais discentes, como aponta Lizia Booth-Carvalho sobre sua experiência ao cursar uma disciplina da pós-graduação em Direitos Humanos ministrada por Luciana.

> Uma classe com pessoas diferentes, com experiências diferentes, formações diferentes, a gente pode perceber a trajetória e da transformação que existe de conceitos, de mentalidade, de aprofundamento crítico, porque à medida que você traz vozes que foram excluídas para a academia com pensamentos potentes de mulheres negras para serem discutidos de forma aprofundada e séria, refutando o pensamento universalizante, masculino, heterossexual, do norte global, ou não só refutando, mas também trazendo para a conversa outros olhares, outros pensamentos que são excluídos e que não são lidos de uma maneira muito aprofundada e com debate sério. (Booth-Carvalho, 2025)

A inclusão de intelectuais negras no ensino e na produção de conhecimento abre a possibilidade de assunção de vozes anteriormente silenciadas no processo de compreensão da realidade, promovendo assim uma polifonia teórica. Essa inclusão também gera tensionamentos provocados pela nova forma de conceber o saber, o que implica num fazer que resvala na crítica à universalidade do conhecimento e promove uma transformação epistêmica. Dias e Castro (2020) situam a universidade brasileira como ocidentalizada, por ser forjada por um viés eurocêntrico tanto em sua concepção quanto nas práticas teóricas de formulação e produção do conhecimento, cujas bases teóricas são centradas no eurocentrismo e resultam no epistemicídio. As lentes universalizantes do saber eurocêntrico são incapazes de abarcar a pluralidade das experiências dos sujeitos, pois essa forma de teorizar e explicar consequentemente produzem noções equivocadas sobre a realidade dos sujeitos subalternizados pela colonialidade do poder e do saber (Dias; Castro, 2020).

A violação da cidadania de pessoas historicamente marginalizadas pode ser entendida como resultado de um conhecimento equivocado notadamente reverberado no acesso à educação de qualidade em todos os níveis, e até mesmo da exclusão social promovida pelas instituições responsáveis pela elaboração do conhecimento científico. A ausência das mulheres negras nas universidades brasileiras é um exemplo de como as inábeis abordagens sociológicas, antropológicas, psicológicas, jurídicas e econômicas sobre as mulheres negras no Brasil trouxeram prejuízos no exercício pleno da cidadania e nas possibilidades de ser e existir no mundo. As trajetórias de pesquisadoras negras nessas instituições são marcadas por obstáculos expressos pelas práticas constituídas pelo dispositivo de racialidade (Carneiro, 2005) e que consequentemente resultam no epistemicídio. Segundo Dias e Castro (2020), a atualidade das imagens da doméstica e da mulata – teorizadas por Lélia Gonzalez – repercutem no tempo presente. As autoras evidenciam que as universidades brasileiras operam segundo uma lógica eurocêntrica e reproduzem repertórios imagéticos configurados pela cultura. Nas práticas institucionais, isso se manifesta em desafios que, por vezes, dificultam o reconhecimento das mulheres negras como intelectuais (Dias; Castro, 2020).

A presença das mulheres negras nas universidades tem modificado as práticas de produção de conhecimento paulatinamente, o que acena para as transformações sociais, pois outras narrativas, histórias, fatos e evidências empíricas passaram a ser

incorporados à produção de conhecimento contemporâneo e ressaltam a agência potente das mulheres negras. As mulheres negras na ciência resistem aos desafios impostos pelo racismo, sexismo e as demais formas de opressão. Isto é notável na insubmissão epistêmica das "mulheres-raízes" nas formulações teóricas e na práxis política. Em "Orí e cabaça são femininas: mulheres-raízes e suas insurgências na intelectualidade brasileira", Luciana Dias, Cristiane Santos Souza e Carlos Eduardo Henning (2020) mostram a visualização da contribuição das intelectuais negras para o Pensamento Social Brasileiro. Ao reconstituírem a árvore genealógica, as autoras nos apresentam a primeira linhagem de intelectuais negras e as devidas contribuições para as Ciências Sociais, demonstrando, assim, o pioneirismo nas abordagens articuladas das categorias raça, gênero e classe, as características da epistemologia negra brasileira, a centralidade da experiência das mulheres negras nas formulações teóricas e o engajamento ético e político dessas intelectuais (Dias et al., 2020).

A insurgência epistêmica das mulheres-raízes aponta para uma escrita teórica devidamente contextualizada com a realidade brasileira e os problemas locais. Tal característica reforça a significativa relevância desse corpus teórico para as pesquisadoras negras e permite que processos de apagamentos não se concretizem. Essa preocupação emerge no referido texto como uma crítica ao cânone das Ciências Sociais, pois as perspectivas clássicas não conseguiram apreender a realidade da população negra em decorrência do uso de monocategorias e conceitos limitantes para interpretar a complexidade das dinâmicas do racismo e sexismo entre outras formas de dominação. Outra crítica muito relevante é repensar a nossa relação com a produção feminista negra do Norte global, as autoras questionam o quanto isto pode inviabilizar o reconhecimento do potencial das teorias feministas negras brasileiras (Dias et al., 2020).

Por meio da categoria mulheres-raízes, Dias et al (2020) promovem o reconhecimento por meio de uma escrita colaborativa e nos ensinam o valor de relembrarmos as nossas linhagens intelectuais. Trata-se de um exercício ético contra o epistemicídio e um convite a nós, pesquisadoras, a assumirmos o compromisso de filiar nossa cabeça e pensamento para nos orí-entramos através da epistemologia feminista negra, conforme as palavras das antropólogas:

> Retomar parte das trajetórias destas mulheres-raízes é fundamental para negritar o território dos tensionamentos históricos entre pensamento acadêmico e militante. Todas as autoras, com suas singularidades em termos de formas de (re)existência, apontam para a necessidade de pensar e atuar de forma compartilhada, articulada, interseccionada (se preferirmos), em uma miragem da encruzilhada como lugar filosófico, político e epistêmico. Ou seja, apontam para a infertilidade da separação abrupta entre estes e outros espaços de produção de conhecimento, de agenciamentos e de ser/estar no mundo. Essas intelectuais produzem suas obras a partir de uma sensibilidade extraordinária a qual se constitui no atravessamento de compromissos sociais e políticos que estão na base da reivindicação do nosso/seu lugar como produtoras de conhecimento. (Dias et al. 2020: 101)

Luciana Dias é herdeira dessa matriz genealógica de mulheres-raízes. Sua escrita e atuação são constituídas por esse saber e fazer, férteis tanto para as Ciências Sociais quanto para o campo do Direito. A importância de um fazer coletivo e um saber plural alinhados é uma proposta que pode fomentar a práxis política na defesa dos Direitos Humanos. Isto é evidenciado por Dias e Castro (2020) ao destacarem as limitadas perspectivas teóricas no campo dos Direitos Humanos. As autoras mobilizam o conceito de amefricanidade como "lente" que coloca em perspectiva não somente as mulheres negras como outras coletividades atravessadas por processos de violações de direitos. Para as autoras, a presença das intelectuais negras e toda a produção decorrente da atuação dessas agentes do conhecimento viabiliza processos de transformação social por meio de uma nova perspectiva do Direito:

> As universidades brasileiras, a partir da adoção de ações afirmativas e políticas públicas afro-reparatórias, têm contado com presenças de mulheres negras, mas não somente, que além de reivindicarem processos de restituição de dignidades perdidas e de efetivação de direitos violados, têm colaborado para a redefinição de noções e teorias, até então hegemonicamente cristalizadas, como saberes, cidadania, democracia, igualdade, racismo, machismo e tantas outras. Esses sujeitos, com suas propostas de epistemologias de fronteira, apresentam para a modernidade/colonialidade possibilidades transformadoras de relações que foram instituídas de maneira opressora e unilateral a segmentos subalternizados. Mais que destacar a pluralidade de saberes e informar outras racionalidades possíveis, as presenças de negras intelectuais nas universidades têm contribuído para que o Estado seja agente em processos de efetivação de Direitos Humanos, tais

> como o direito à educação, dentre tantos outros. Finalmente, há que se considerar que a Educação em/para Direitos Humanos, que sustenta inclusive o direito à educação, pode ser tomada como fundação para transformações sociais. O antirracismo, o feminismo e as lutas contra-hegemônicas, além de comporem a pauta de um feminismo negro presente nas universidades hoje, dialogam francamente com propostas de uma Educação em/para Direitos Humanos. (Dias; Castro, 2020: 554-555)

Na sua área de formação disciplinar, a Antropologia, Luciana vem propondo o reconhecimento de um circuito antropológico "negritado" no interior da disciplina pelas presenças negras. Em seu artigo "Circuitos Antropológicos: por uma Antropologia Negra no Brasil" (2021), a antropóloga goiana apresenta uma discussão recente sobre a criação do Comitê de Antropólogas/os Negras/as na Associação Brasileira de Antropologia (ABA), ocorrida no ano de 2018, fruto da reivindicação de antropólogas e antropólogos negros pela incipiente representação racial no congresso organizado pela associação. A perspectiva de Luciana (2021) sobre a Antropologia Negra considera conceitos fundamentais da formação antropológica, como o hau de Marcel Mauss (1872-1950) focalizando o circuito de dar, receber e retribuir e incluindo neste ciclo a contribuição epistêmica de Lélia Gonzalez e a amefricanidade. Segundo Luciana Dias (2021) o conceito de amefricanidade permite um fazer antropológico cuja horizontalidade entre os sujeitos do conhecimento e aqueles vistos apenas como "objetos do conhecimento" é possível, saindo do modelo hegemônico de sujeito-objeto para sujeito-sujeito; destacando a posicionalidade do sujeito do conhecimento, ou seja, uma produção de conhecimento devidamente situada e por fim a interconexão entre as distintas opressões muito bem elaboradas por Lélia Gonzalez e pontuadas por Luciana. A Antropologia Negra defendida por Luciana Dias possibilita incorporações para as Ciências Sociais desde que haja o devido reconhecimento desse fazer antropológico. Para isto o circuito do hau não pode ser interrompido o que requer que a comunidade de antropólogas e antropólogos estabeleça o reconhecimento da potencialidade que as presenças negras "ne-gritam" ao formular seus conhecimentos no circuito da disciplina.

A ausência de retribuição por meio do reconhecimento interrompe o ciclo e provoca desigualdades na circulação do conhecimento, reproduzindo, assim, epistemicídios contra os saberes negros e indígenas. O não reconhecimento desses saberes torna o campo do conhecimento, por vezes, incapaz de apreender a pluralidade

dos sujeitos, sobretudo as experiências sociais das mulheres negras. Por isso, as Ciências Sociais brasileiras têm muito a aprender com os conhecimentos produzidos por intelectuais negras, como destaca Luciana Dias em seus escritos. As contribuições teóricas e políticas das mulheres-raízes evocam a experiência social como dimensão importante para refletirmos sobre a produção intelectual de mulheres negras. A ancestralidade das mulheres negras é sublinhada por uma história de resistência às múltiplas violações perpetradas pelos sistemas de dominação colonial e patriarcal. As tecnologias de resistência produzidas pelas mulheres negras que nos antecedem ecoam numa pluralidade de saberes para que possamos reexistir diante das diversas formas de desumanização que elas enfrentaram no transcorrer do tempo. Saberes esses transmitidos para diferentes gerações de mulheres pela oralidade tão marcante na cultura afro-brasileira, de modo que permanecem vivos no tempo presente. Esses saberes são construídos cotidianamente na vida das mulheres negras e marcam os processos de aprendizagens, sociabilidades e as subjetividades.

A experiência sociocultural vivenciada pelas mulheres negras integra o corpus teórico que Patricia Hill Collins nomeia como pensamento feminista negro (2019). A socióloga estadunidense aborda em seus livros algumas das características do pensamento feminista negro e o potencial que este conhecimento tem para a consolidação de uma teoria social crítica. No contexto dos Estados Unidos da América, as mulheres negras também foram impedidas de acessar as instituições produtoras de conhecimento e, por isso, as mulheres negras criaram outras formas de elaborar e disseminar saberes através da literatura, da música, do ativismo e da vivência cotidiana, desenvolvendo assim um ponto de vista engendrado pela experiência social e as respostas elaboradas aos desafios impostos pelas opressões interseccionais, esta relação dialética entre experiência e resistência gera saberes para o enfrentamento das injustiças sociais decorrentes da matriz de poder (Collins, 2019). Collins inclui no rol das agentes de conhecimento as mulheres negras acadêmicas, estas por sua vez, articulam o ponto de vista demarcado pela experiência de ser mulher e negra no contexto de supremacia branca dos EUA e o conhecimento especializado sobre a maneira pela qual as intelectuais negras formulam novos paradigmas e uma epistemologia alternativa: a epistemologia negra, de acordo com a socióloga:

> As epistemologias alternativas colocam em xeque todos os conhecimentos legitimados, questionando se aquilo que se acreditava ser a verdade seria capaz de resistir ao teste dos métodos alternativos de validação da verdade. A existência de um ponto de vista autodefinido pelas mulheres negras, que utiliza a epistemologia feminista negra, põe em questão o conteúdo atualmente reconhecido como verdade, ao mesmo tempo que questiona os processos que permitiriam chegar a essa verdade (Collins, 2019: 432).

A epistemologia negra, ao colocar no cerne a experiência social das mulheres negras também viabiliza uma crítica à ciência e, simultaneamente, disponibiliza outras formas de produzir conhecimento. Collins (2016) indica que as intelectuais negras nas universidades por vezes ocupam o status de "outsider within", uma estrangeira de dentro cuja posicionalidade confere um ponto de vista específico e criativo (Collins, 2016). O status de "outsider within" é um dos elementos da experiência universitária e integra o processo de produção do conhecimento, a partir dessas "lentes", as intelectuais negras constroem formulações que tratam da autodefinição e autoavaliação das mulheres negras, estabelecendo assim, um contraponto acerca das imagens controladoras da realidade das mulheres negras e oferecendo um outro ponto de vista realista da vida concreta e real das mulheres negras (Collins, 2016). Esse modo de construir o conhecimento científico tem também implicações no trabalho e na ética desenvolvida pelas intelectuais negras.

O livro mais recente de Patricia Hill Collins, intitulado "Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica" (2022), Collins defende que a produção de intelectuais negras baseada no paradigma que considera as opressões e os sistemas de dominação interligados e inter-relacionados, perspectiva denominada interseccionalidade tem potencial para se tornar uma teoria crítica. As formulações propostas pela socióloga estadunidense aproximam a produção baseada no paradigma da interseccionalidade de outras tendências teóricas das Ciências Sociais. Collins (2022) compreende que assim como teóricos das vertentes da "Teoria Crítica", da "Escola de Estudos Culturais de Birmingham" e da "Teoria Social Francófona" desenvolveram seus projetos de maneira colaborativa e tendo como pressuposto uma produção teórica comprometida com os processos de transformação social, esse aspecto repercutiu na postura de autorreflexão e na ética desses intelectuais.

Identificamos que a produção científica e a atuação de Luciana Dias apresentam essas características e evidenciam seu potencial crítico diante dos pressupostos hegemônicos do conhecimento. A colaboração, assumida como princípio ético ao longo de sua trajetória, também marca o trabalho que desenvolve na UFG. O trabalho que ela vem desenvolvendo na UFG apresenta uma crítica aos modos de produção do conhecimento, como podemos notar nos artigos tratados nesta seção. Ao trazer a contribuição das mulheres-raízes, Luciana nos ensina o quanto esse conhecimento é fértil para as pesquisas nas Ciências Sociais e nos Direitos Humanos. Ao relembrar as intelectuais negras que nos antecedem, ela coloca no centro da cena as imagens potencializadoras constituídas por meio da escrita. Referimo-nos a uma árvore genealógica. Um olhar que contrapõe a lógica colonialista, racista e patriarcal. Os argumentos defendidos nos artigos apontam para um compromisso com a decolonização epistêmica e a potencialidade da produção feminista negra brasileira para repensar o Brasil e fomentar a justiça racial. A antropologia brasileira pode se tornar mais abrangente ao reconhecer o potencial da Antropologia Negra. O caráter colaborativo em seu trabalho apresenta-se nas publicações em coautoria com as pesquisadoras de diferentes etapas de formação.

Concluímos esta seção destacando a importância do pensamento feminista negro brasileiro na visibilização da agência das mulheres negras. Durante muito tempo a nossa história tem sido narrada por uma perspectiva que nos invisibiliza enquanto sujeitas produtoras de conhecimento. A história do Brasil foi escrita por um viés universalista que promoveu o apagamento de mulheres negras. A contribuição histórica feita pelas mãos das mulheres negras vai além do trabalho nas lavouras, nas casas, nos comércios, atividades estas que construíram esse país. Podemos notar a presença das mulheres negras nas letras, nas artes, na militância, na atuação política e na produção de conhecimento. Os processos de apagamento e invisibilização engendrados pelo epistemicídio (Carneiro, 2005) remetem-nos à importância de lembrar e colocar no centro da cena os feitos das nossas ancestrais. Segundo Dias et al. (2020) o apagamento de Maria Firmina dos Reis aponta para "[...] a necessidade constante de conhecer, resgatar, retomar, ressignificar e reconstituir genealogias, linhagens e raízes de determinadas contribuições intelectuais, em particular, de mulheres negras no Brasil" (Dias et al., 2020: 89).

Assim como Luciana Dias et al. (2020), relembramos Maria Firmina dos Reis (1822-1917), escritora negra e primeira romancista brasileira, publicou durante o período do regime escravocrata, o romance abolicionista "Úrsula" (1859). A escritora maranhense se destaca por inovar no modo de narrar e argumentar sobre a escravidão: traz as vozes de personagens negros e negras para o centro da cena, o que a diferencia de uma tradição de escritores que ficcionaram tal período da história. A autoria de Firmina dos Reis apresenta outra perspectiva sobre aquele período (Miranda, 2017). Maria Firmina dos Reis foi uma entre as intelectuais negras presentes na história brasileira. A árvore genealógica da intelectualidade feminina negra brasileira é constituída por intelectuais como: Maria Firmina dos Reis, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Carolina Maria de Jesus, Virgínia Leone Bicudo, Neusa Santos Souza, Luiza Bairros, Mariele Franco, Sueli Carneiro, Jurema Werneck, Matilde Ribeiro, Nilma Lino Gomes, Conceição Evaristo e muitas outras mulheres negras que integram a nossa genealogia. Essas importantes intelectuais amefricanas antecedem a geração contemporânea de pesquisadoras negras. É pelo legado teórico e político dessas intelectuais que se orienta a produção de conhecimento das mulheres negras nas universidades e Luciana Dias faz parte dessa primavera de mulheres negras que florescem pelo Brasil.

Do silenciamento ao florescimento: ser pesquisadora negra no Coletivo Rosa Parks

Criado e coordenado por Luciana de Oliveira Dias no âmbito da Universidade Federal de Goiás (UFG), o Coletivo Rosa Parks: Estudos e Pesquisas sobre Raça, Etnia, Gênero, Sexualidade e Interseccionalidades é mais do que um grupo de pesquisa: é um território de produção de saberes insurgentes, moldados pelas urgências de uma luta antirracista, feminista e decolonial. Com atenção especial às interseccionalidades entre racismo e machismo, o Coletivo impacta diretamente a formação crítica de estudantes negras/os e indígenas, fortalecendo trajetórias acadêmicas que, sem esse espaço, seriam interrompidas ou inviabilizadas pela lógica excludente da universidade embranquecida. Inspirado na história da ativista Rosa Parks, o coletivo se propõe a ser, ele próprio, um gesto de recusa às hierarquias acadêmicas tradicionais, ocupando a universidade como espaço de resistência, denúncia e construção epistemológica negra, indígena e

decolonial. Essa experiência de acolhimento e partilha se manifesta de forma profunda nos relatos de integrantes do coletivo. Como relata Hillana Souza Amaral:

> Em um encontro, compartilhei uma experiência da infância, quando fui penteada por alguém que chorava por não saber lidar com meu cabelo. [...] Durante a partilha, fui acolhida e compreendida, especialmente por Luciana, o que me ajudou a ressignificar aquela vivência e compreender sua dimensão coletiva e estrutural (Amaral, 2025).

Esse acolhimento que transforma trauma em memória coletiva é parte da pedagogia transgressora que Luciana cultiva: um gesto político e afetivo que reintegra o corpo negro ao espaço acadêmico. É nesse espaço que, como pesquisadoras negras, conseguimos encontrar o reconhecimento da relevância de nossas experiências e de nossos objetos de pesquisa. O Coletivo Rosa Parks tornou-se a terra fértil em que nossa trajetória acadêmica pôde prosperar. Foi nesse espaço, semeado por Luciana, que encontramos as discussões imprescindíveis e as narrativas poderosas de outras mulheres negras que nos ajudaram a construir, amadurecer e aprofundar um percurso teórico e metodológico. "A presença de uma mulher negra reconhecida como intelectual, sensível e atuante contribuiu para o fortalecimento da minha identidade, especialmente no que diz respeito à valorização da estética negra e da expressão artística como forma legítima de produção de saber" (Amaral, 2025). Esse reconhecimento da legitimidade dos saberes sensíveis e ancestrais, promovido por Luciana, é parte fundamental de uma epistemologia insurgente que o Coletivo Rosa Parks cultiva.

Ao produzir um conhecimento que evidencia a agência das mulheres negras e recolocar no lugar a nossa contribuição na produção de conhecimento, Luciana se torna uma referência para as jovens pesquisadoras negras que estão iniciando suas carreiras.

> Primeiro que ela é criadora de diversos conceitos, que refletem na minha vivência diária. Segundo que a produção dela é facilmente relacionável, no sentido de condizer com meus ideais. Hoje em dia utilizo a Luciana como referência em diversas produções para outras disciplinas, na iniciação científica e agora na minha produção para a RAM juntamente com meus colegas do coletivo. Hoje em dia a minha carga de leitura e de interação com a produção da professora Luciana é norteadora para vários outros projetos que eu faço parte (Gomes, 2025).

Sob a liderança de Luciana, o Coletivo opera como espaço de formação, mas também de intervenção: fomenta pesquisas que influenciam a construção de políticas públicas comprometidas com a equidade racial e de gênero, e que atravessam as fronteiras da universidade para atuar no tecido social mais amplo, comprometidas com a efetivação dos direitos humanos. "As práticas da professora Luciana [...] transformam a academia, transformam cada uma das pessoas que participam das disciplinas" (Booth-Carvalho, 2025). Trata-se de uma pedagogia insurgente, comprometida com a escuta das vozes historicamente silenciadas. Dessa forma, a práxis coletiva ali desenvolvida se articula diretamente com a luta antirracista contemporânea, deslocando o saber acadêmico da neutralidade eurocentrada para um compromisso político com a transformação. Essa práxis insurgente, ancorada na escuta e na valorização de experiências de vida, se revela também na forma como o Coletivo acolhe as dores e transforma traumas em potência crítica.

Peço licença, neste instante, para sair um pouco da terceira pessoa e contar uma parte da minha própria travessia. Eu, Sara Eugênia, encontrei o Coletivo Rosa Parks em um momento profundamente delicado da minha vida, quando iniciei minha transição capilar. Eu ainda não compreendia a dimensão política dessa escolha, tampouco me via como mulher negra. E muito menos como alguém que poderia fazer de sua experiência uma questão científica legítima. Naquele período, eu buscava entender o que estava sentindo, mas ainda não conseguia nomear o que me atravessava. Foi o Coletivo que me acolheu. Foi Luciana, com sua escuta generosa e presença política, que abriu caminho para que eu me reconhecesse não apenas como uma mulher negra, mas como uma pesquisadora. Entendi, com ela, que aquilo que me parecia uma inquietação pessoal era, na verdade, um campo fértil de pesquisa, atravessado por estruturas históricas e coletivas. Mas foi Luciana quem fez esse caminho possível. Não com imposição, mas com escuta e uma generosidade rara: aquela que só os grandes nomes carregam, os que já compreenderam que compartilhar saber não diminui, amplia.

Ela nunca me disse o que pesquisar. Luciana me ajudou a ver o que eu não via, e fez isso sem jamais me impor um caminho. Ela me observava com generosidade e confiança, até que eu mesma verbalizasse o que ela, em sua sabedoria silenciosa, já sabia. Quando finalmente decidi assumir a transição capilar como objeto da minha pesquisa de mestrado (e hoje, também do doutorado), ela não celebrou com espanto,

mas com a naturalidade de quem soube esperar com paciência. E é aqui que quero registrar algo que considero essencial: a generosidade de Luciana é marca de sua grandiosidade. Porque só pessoas verdadeiramente grandiosas são capazes de serem tão generosas com aquilo que acumularam. Seus saberes, seus títulos, sua trajetória. Ela não tem receio de compartilhar, não teme ser ofuscada. Ao contrário, ela semeia. E por isso, ao redor de Luciana, floresce um jardim. Um jardim de mulheres negras pesquisadoras, que não orbitam em torno dela por subserviência, mas florescem ao seu lado, em autonomia.

Eu, Érika, assim como Sara Eugênia, compartilho minha experiência com o Coletivo Rosa Parks. Pertencer a um coletivo negro significa minimizar a sensação de solidão. A pesquisa da socióloga Ana Cláudia Pacheco (2013) trata da solidão da mulher negra na dimensão afetivo-sexual, mas ultrapassando esse âmbito também vivenciamos a solidão de sermos a única pessoa em determinados espaços. No contexto das ações afirmativas essa solidão torna-se aos poucos atenuada. Faço parte de um momento da história do Brasil em que ser universitária já não é se sentir tão só assim, porém a existência de pessoas parecidas comigo em cargos de destaque ainda é raro em alguns casos. Conheci Luciana no meu segundo ano de graduação na disciplina de Antropologia ministrada por ela. Esse encontro entre estudante e professora foi marcado pelo reconhecimento e pelo reforço de meu pertencimento a toda uma coletividade que me antecedeu e que seus passos possibilitaram a minha existência na universidade.

Guardo na minha memória a importância desse semestre para a minha formação e para a minha vida pessoal também. Reflexos de quem sou hoje se relacionam com esse período. Lembro-me da primeira vez que ouvi falar de Frantz Fanon e outras referências até então eram desconhecidas para mim. As questões relativas às identidades passaram a povoar as minhas reflexões e implicaram no meu próprio processo de entendimento sobre ser mulher negra. Luciana com sua presença acolhedora e firme potencializou a minha forma de eu me enxergar. Nessa época eu alisava o meu cabelo, mas o ver, conhecer e me identificar com a professora Luciana foi tão potente que, daquele semestre em diante, decidi parar de alisar meu cabelo e assumi a minha identidade em todas as letras: Negra sou! Luciana foi minha orientadora na graduação. O Coletivo Rosa Parks surgiu em um momento em que eu já não tinha mais vínculo institucional com a universidade. Então no coletivo eu pude aprender e crescer

juntamente com as demais rosas. No nosso primeiro seminário eu participei da mesa, com muita timidez e nervosismo, mas sempre fui encorajada pelas rosas do cerrado.

A presença de mulheres negras na docência é bem significativa, pois assim nós, pesquisadoras em formação, podemos nos espelhar e imaginar futuros possíveis. O espelhamento entre professora e estudante se entrelaça ao reconhecimento de si e ao senso de autoestima e autodefinição que nós, mulheres negras, tecemos diariamente. A minha escolha pela carreira docente é inspirada por Luciana. Atualmente, faço doutorado em Sociologia na Universidade de Brasília e sigo acreditando que ser intelectual negra é um caminho possível.

Nesse gesto de escuta e acolhimento, o Coletivo reafirma sua força como espaço de cura e resistência epistêmica. Inspiradas pela trajetória de Luciana de Oliveira Dias, reconhecemos nela a continuidade de uma genealogia insurgente de mulheres negras intelectuais como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Beatriz Nascimento. Luciana, com sua generosidade e rigor, inscreve-se nessa linhagem de mulheres que, ao mesmo tempo em que pensam o mundo, reconstroem-no. Como expressa em sua própria escrita, "mulheres-raízes [...] preservadas estão as raízes que fazem germinar, florescer e frutificar um pensamento [...] revelador de intelectualidades e criticidades formadas mais ao Sul do que se supõe" (Dias; Souza; Henning, 2020: 90).

A formação proporcionada pelo Coletivo não se limitou à dimensão conceitual; foi, sobretudo, um respaldo afetivo e político, um lugar onde ser mulher negra pesquisadora era, enfim, uma possibilidade afirmada e celebrada. Tomo como pressuposto o entendimento do movimento feminista negro que, de acordo com Luciana Oliveira Dias, "[...] se apresenta no contexto das universidades de forma a questionar saberes instituídos e campos hegemônicos a partir de uma polifonia e de uma pluriepistemologia propostas pelas pensadoras negras" (Dias, 2019: 12). Um espaço onde ser mulher negra pesquisadora deixou de ser um esforço solitário para se tornar uma possibilidade afirmada, celebrada e legitimada. Em um ambiente universitário que, apesar dos avanços, ainda se estrutura a partir da branquitude, o Coletivo Rosa Parks reafirma cotidianamente que nossas presenças negras são epistemológicas e políticas.

O Coletivo Rosa Parks se constitui como espaço de elaboração coletiva e abrigo simbólico diante de uma universidade que, muitas vezes, não nos quer pensando. Muito menos existindo. Como afirma Raphaella Gomes, uma das integrantes do grupo, "o

coletivo é um grupo de estudos, mas também é um espaço de acolhimento e de certa forma é um processo de aquilombamento [...] um local confortável de apresentar pensamentos que não serão bem aceitos dentro do espaço formal da sala de aula na universidade" (Gomes, 2025). É nesse lugar de aquilombamento acadêmico que vidas e saberes negros não apenas sobrevivem, mas se reinventam e reexistem, criando possibilidades de produção de conhecimento enraizadas na escuta, na solidariedade e na insubmissão epistêmica. Como lembra Lizia Booth-Carvalho, participante desde os primeiros encontros, "desde a primeira reunião em que a professora apresentou a proposta do Coletivo, eu já consegui perceber, sentir que o Coletivo Rosa Parks era esse espaço de resistência e fortalecimento coletivo." (Booth-Carvalho, 2025).

Essa tentativa de romper com as estruturas excludentes da academia articula-se com o que Cida Bento (2022) denomina de "pacto narcísico da branquitude": um acordo não verbalizado, mas profundamente enraizado nas instituições sociais brasileiras, que assegura privilégios simbólicos e materiais à população branca ao mesmo tempo em que perpetua a subalternização dos corpos e saberes racializados. Sem o Coletivo, afirmamos seguramente, muitas pesquisas conduzidas por mulheres negras e indígenas seriam precocemente interrompidas, ou sequer teriam existido, diante das barreiras institucionais e simbólicas que ainda configuram a academia. Sem Luciana, esse coletivo tampouco seria possível. Ela não apenas semeou um espaço de produção crítica, mas construiu, com suas mãos e sua escuta, uma ambiência em que nossos passos e nossas vozes pudessem ecoar.

Ao ingressarem nas universidades, as mulheres negras necessitam acionar os saberes de resistência no enfrentamento do racismo institucional. Esse saber também integra o processo de formulação e produção científica destas pesquisadoras negras. O grupo de pesquisadoras negras que atuam nas universidades é formado pelas docentes negras e estudantes negras. Esse grupo de mulheres de distintas gerações e experiências se unem e constroem um coletivo. Na Universidade Federal de Goiás, esse espaço é o Coletivo Rosa Parks. Na universidade, a coletividade de mulheres negras constitui um lugar de resistência, aprendizagem, produção e circulação do conhecimento. A colaboração também caracteriza a atuação de Luciana Dias no Coletivo Rosa Parks, espaço de estudo, produção de conhecimento e acolhimento.

A trajetória intelectual de Luciana Dias é um exemplo de como a atuação docente articula teoria e práxis, que se refletem no fazer docente nas dimensões do ensino, pesquisa, extensão e gestão. A ética está presente nas diferentes dimensões do fazer docente. Um compromisso com uma universidade mais plural, marcada pelo trabalho que ela vem realizando na Secretaria de Inclusão da UFG. Esse fazer docente é costurado com engajamento e resistência, pois uma das camadas do percurso de ser intelectual negra em uma universidade pública no Brasil é enfrentar cotidianamente o racismo que ainda está tão entranhado nas práticas institucionais. Assumir o lugar da intelectualidade neste país que nega direitos básicos às mulheres negras significa resistir e construir um lugar possível. É se fazer presente, tensionar e provocar mudanças e ao mesmo tempo tornar a universidade um lugar possível de acolher as nossas potencialidades da docente e de estudantes negros e negras. É um movimento dialético que possibilita a existência da docente e consequentemente torna o espaço possível para as jovens pesquisadoras que estão chegando.

Nossa história é tecida a partir da escrevivência, como nos ensina Conceição Evaristo. O encontro de estudantes negras com a professora, doutora e intelectual negra pode ser muito marcante. Para muitas de nós é a primeira experiência de ver uma mulher negra no lugar de destaque e poder. Um lugar diferente para nós, para as nossas mães, avós e bisavós. O sentido de ver e enxergar pode ser tão significativo. Há algo pedagógico. Esse encontro é potente e promove imaginações possíveis para as jovens negras, aspirantes a pesquisadoras, antropólogas, sociólogas, psicólogas, advogadas, médicas, jornalistas, musicistas e tantas outras ocupações que por muito tempo nos foram negadas. A "política da presença" constitui imagens potencializadoras. Ensina a nós, mulheres negras que chegamos à universidade com o sonho de nos tornarmos profissionais e incentiva-nos a tomar as rédeas da nossa vida e escre-viver uma outra história a ser narrada. Ensina também aqueles que sempre estiveram bem acomodados nos seus lugares de privilégios, como afirma Conceição Evaristo (2017): "Nós não escrevemos para adormecer os da casa-grande, pelo contrário, é para acordá-los dos seus sonos injustos". Desse modo, intelectuais negras vêm promovendo o desmantelamento de lógicas injustas e perversas. Como resultado, construímos conhecimentos potenciais de transformações sociais. No Coletivo Rosa Parks, esse

movimento é mais do que um princípio: é uma prática viva de resistência, solidariedade e formação insurgente.

Reivindicando o legado de Jurema Werneck, reconhecemos que “nossos passos vêm de longe” (Werneck, 2010: 8), conectando nossa luta às travessias de tantas mulheres negras que nos antecederam e abriram caminhos. E, em gesto cotidiano de generosidade e compromisso ético, Luciana materializa em sua prática o que aprendemos como lema coletivo: "uma sobe e puxa a outra". No Coletivo Rosa Parks, esse movimento é mais do que um princípio: é uma prática viva de resistência, solidariedade e formação insurgente.

Considerações finais

> E, naquele raro dia, eu senti esperança. A esperança, essa força tão poderosa e ao mesmo tempo tão frágil, é uma das coisas mais perigosas e preciosas que podemos carregar. Ela nos impulsiona a imaginar futuros possíveis, a acreditar que mudanças são viáveis e que sonhos podem se tornar realidade (Damásio, 2025).

Começar as considerações finais com esperança não é ingenuidade, é posicionamento político. É reconhecer que, ao narrarmos a trajetória de Luciana de Oliveira Dias, não falamos apenas de uma mulher, mas da possibilidade de muitos futuros. Luciana nos ensinou que a presença negra na academia não deve ser celebrada como exceção, mas afirmada como direito, projeto e horizonte. Ou como “o início de um novo começo” (Damásio, 2025). Ela semeou insurgências, construiu trincheiras epistêmicas e afetivas, e nos mostrou que é possível ocupar os centros do poder sem renunciar às margens que nos constituem. Como sintetiza Hillana Souza Amaral, seu legado ecoa em cada mulher negra que ousa permanecer e produzir conhecimento na universidade: “Ela representa a possibilidade real de ocupar espaços acadêmicos com dignidade, força e sensibilidade” (Amaral, 2025).

Ao longo deste texto, percorremos as trilhas construídas por Luciana de Oliveira Dias na universidade pública brasileira, destacando sua atuação como gestora, pesquisadora e formadora de novas gerações. Seu trabalho institucional à frente da

Secretaria de Inclusão da UFG e da presidência da ABA reconfigura os espaços decisórios, inscrevendo neles a urgência de uma perspectiva antirracista e interseccional. Do ponto de vista epistemológico, Luciana tem levado o campo acadêmico a reconhecer as mulheres negras não como objeto, mas como sujeitas de pensamento, ação e teoria. E politicamente, sua trajetória revela-se inseparável de uma ética do cuidado coletivo e do compromisso com a transformação das estruturas que historicamente nos excluem. É sobre esse conjunto de insurgências que se ergue este artigo.

O legado de Luciana tem reverberado profundamente na universidade, abrindo frestas por onde outras mulheres negras têm entrado, permanecido e florescido. Sua atuação deslocou paradigmas, não apenas ao ocupar espaços institucionais, mas ao ressignificá-los como territórios de escuta, afeto e rigor político. Na produção de conhecimento, provocou fissuras nos cânones e instituiu novas formas de saber, ancoradas na experiência, na coletividade e na ancestralidade. Luciana não formou apenas pesquisadoras: ela formou aquilombamentos, redes de resistência e epistemologias que desobedecem ao projeto de silenciamento imposto às nossas figuras. Seu impacto se mede, sobretudo, nas subjetividades despertas. e nos corpos que hoje se autorizam a pensar e existir com dignidade dentro e fora da academia

Celebrar Luciana é também cultivar possibilidades. É nomear o que antes era silenciado. É olhar para o chão da universidade e ver fincadas ali não as raízes solitárias de uma mulher, mas as ramificações de um coletivo inteiro que tem se insurgido contra os muros da exclusão epistêmica. Cada linha escrita por Luciana, cada aula ministrada, cada gesto de escuta e partilha é um chamado à transformação, não como metáfora, mas como prática cotidiana.

Contudo, para que o legado de Luciana floresça plenamente, é preciso mais do que femenagens: é necessário garantir permanência, redistribuir poder e reinventar os modos de fazer ciência. A luta agora é por políticas institucionais que não apenas incluam, mas que sustentem trajetórias negras com dignidade, reconhecimento e recursos. É também por uma pedagogia da escuta, que valorize a oralidade, o corpo e a memória como fundamentos legítimos do saber. O desafio que se impõe é o de não permitir que essa travessia se encerre em Luciana, mas que se desdobre em novas presenças, insurgências e reivindicações. Que o chão que ela preparou seja semeado de

futuros plurais, onde a universidade possa, enfim, reconhecer como central aquilo que por tanto tempo tentou deixar à margem. Escrever sobre Luciana também nos implica. Como mulheres negras que habitam e tensionam os mesmos espaços que ela ousou transbordar, reconhecemos nesta escrita um gesto de continuidade, uma aliança entre gerações e uma reafirmação de que nossa presença não é concessão, mas projeto político.

Por isso, este texto é mais do que femenagem: é um gesto de inscrição. "É muito importante esse registro para que pessoas que estão começando […] possam não só se sentir inspiradas, mas também conhecer um pensamento profundo e robusto [...] Assim vamos mudando a cara da universidade" (Booth-Carvalho, 2025). Uma tentativa de contribuir com a memória coletiva das nossas figuras, da qual Luciana é parte viva e pulsante. Porque, como nos lembra Raphaella Gomes, "é preciso construir uma memória coletiva das nossas figuras, para que possamos continuar vivas" (Gomes, 2025). Continuar viva, aqui, significa mais do que resistir: significa fazer florescer saberes, afetos e mundos outros, onde possamos não apenas caber, mas viver com inteireza, dignidade e liberdade.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. Tradução de Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALVES, Alê. Angela Davis: *"Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela"*. El País Brasil, Salvador, 27 jul. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/27/politica/1501114503_610956.html. Acesso em: 15 maio 2025.

AMARAL, Hillana Souza. *Entrevista concedida às autoras*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Coletivo Rosa Parks – Estudos e Pesquisas sobre Raça, Etnia, Gênero, Sexualidade e Interseccionalidades, 2025.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOOTH-CARVALHO, Lizia. *Entrevista concedida às autoras*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Coletivo Rosa Parks – Estudos e Pesquisas sobre Raça, Etnia, Gênero, Sexualidade e Interseccionalidades, 2025.

CARNEIRO, Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. Sociedade e Estado, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. São Paulo: Boitempo, 2022.

DAMÁSIO, Ana Clara. *Eu sou uma antropóloga?* RAFeCT – Revista da Rede de Antropologia da Ciência, Tecnologia e Sociedade, Campinas, 14 maio 2025. Disponível em: https://rafect.labjor.unicamp.br/eu-sou-uma-antropologa/. Acesso em: 4 jun. 2025.

DAVIS, Angela. *Mulher, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2013.

DIAS, Luciana de Oliveira. *Quase da família: corpos e campos marcados pelo racismo e pelo machismo*. Revista Humanidades e Inovação, Palmas, v. 6, n. 16, p. 9-12, 2019.

DIAS, Luciana de Oliveira; CASTRO, Ana Luísa Machado de. *Mulheres negras nas universidades e saberes decoloniais: por uma teorização de um pensamento feminista negro*. Monções, v. 9, n. 17, p. 535-561, 2020.

DIAS, Luciana de Oliveira. *Reflexos no abebé de Oxum: por uma narrativa mítica insubmissa e uma pedagogia transgressora*. Revista Articulando e Construindo o Saber, v. 5, e63860, 2020.

DIAS, Luciana de Oliveira; SOUZA, Cristiane Santos; HENNING, Carlos Eduardo. *Orí e Cabaça são femininas: mulheres-raízes e suas insurgências na intelectualidade brasileira*. Revista Humanidades e Inovação, Palmas, v. 7, n. 25, 2020.

DIAS, Luciana de Oliveira. *Circuitos antropológicos: por uma antropologia negra no Brasil*. Novos Debates, Brasília, v. 7, n. 22, e7216, 2021.

EVARISTO, Conceição. *Escritora Conceição Evaristo no Estação Plural*. [Entrevista cedida a] Ellen Oléria, Fernando Oliveira e Mel Gonçalves. Estação Plural, São Paulo, 2017. Disponível em: https://tvbrasil.ebc.com.br/estacao-plural/2017/06/escritora-conceicao-evaristo-e-convidada-do-estacao-plural. Acesso em: 16 maio 2025.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. *Educação e identidade negra: pesquisa e prática pedagógica*. Brasília: MEC, 2002.

GOMES, Raphaella. *Entrevista concedida às autoras*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, Coletivo Rosa Parks – Estudos e Pesquisas sobre Raça, Etnia, Gênero, Sexualidade e Interseccionalidades, 2025.

HOOKS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MIRANDA, Fernanda Rodrigues. *Notas sobre o romance brasileiro de autoras negras*. Opiniães, São Paulo, n. 10, p. 46-56, 2017.

PACHECO, Ana Cláudia Lemos. *Mulher negra: afetividade e solidão*. Salvador: EDUFBA, 2013.

PIEDADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Editora Nós, 2017.

SAPICUÁ. *Os antropólogos são absolutamente comprometidos com os direitos humanos: entrevista com Luciana de Oliveira Dias*. 2024. Disponível em: https://www.sapicua.com.br/os-antropologos-sao-absolutamente-comprometidos-com-os-direitos-humanos. Acesso em: 15 abr. 2025.

WERNECK, Jurema. *Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo*. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN), [S.l.], v. 1, n. 1, p. 7-17, jun. 2010.